

30/09/2016 - Telesíntese

Anatel aprova investimentos em P&D da Oi até 2015

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento da concessionária devem ser feitos até 2018 como contrapartida à fusão com a Brasil Telecom



O conselho diretor da Anatel aprovou ontem, 30, os investimentos da Oi em pesquisa e desenvolvimento entre os anos de 2010 e 2015. Essa é uma das obrigações assumida pela concessionária junto a agência reguladora para ter a fusão com a Brasil Telecom aprovada.

Conforme o acordo firmado entre a empresa e a Anatel, devem ser investidos alguns milhões de reais anualmente (o valor varia, pois depende do montante que será arrecadado pelo Funttel – Fundo de desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) em projetos de pesquisa e desenvolvimento e em tecnologia nacional.

Para comprovar os investimentos, a Oi enviou à agência a lista dos projetos, ano a ano, as notas fiscais, que foram checadas pela agência junto às secretarias da fazenda, uma a uma, de cada estado. Desde 2010, os gastos da operadora com os projetos su-

plantaram os valores acordados. A agência só checou, porém, os valores investidos até chegarem ao saldo necessário que confirmaram o cumprimento da meta.

A Oi, no entanto, pediu para que o excedente já aplicado possa ser abatido das obrigações futuras (os compromissos só se encerram no ano de 2018). A Anatel decidiu aprovar os investimentos feitos, fazer diligência sobre o saldo excedente, para depois decidir sobre o novo pleito da concessionária.

Assim, por exemplo, no ano de 2010 a Oi alega ter investido cerca de R\$ 19 milhões a mais do que o mínimo necessário; em 2011, pelo menos outros R\$ 50 milhões de excedente; em 2012, mais R\$ 68 milhões acima do mínimo; em 2013, R\$ 47,5; em 2014 não houve apuração do valor total; e em 2015, outros R\$ 28,3 milhões. Seriam esses montantes que a Oi gostaria de ver atestados em cumprimento às metas futuras.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/09/2016 - Convergência Digital

Conselho Consultivo: Relatório anual da Anatel é raso e pouco transparente

Em uma das cada vez mais raras reuniões, o Conselho Consultivo da Anatel avaliou nesta sexta-feira, 30/9, o relatório anual da agência sobre o ano de 2015 e o destaque foi a consideração de que o documento é raso mesmo sobre temas importantes.

“É um documento importante para instrumentalizar a sociedade. Mas o relatório teve caráter muito geral mesmo em temas sensíveis”, reclamou a conselheira Flávia Lefèvre, com assento por entidades representantes dos usuários. Para ela, “é fundamental que o Relatório aborde com profundidade questões centrais e sensíveis para a sustentabilidade do setor e para as relações de consumo”.

Nesse sentido, a relatora lamentou a escassez de dados sobre a revisão do modelo em andamento, sobre telefones públicos, ou mesmo sobre o plano nacional de banda larga. Também tem poucos detalhes sobre informações que a própria Anatel entendeu serem públicas para aprimorar a competição.

“Surpreende a generalidade do relatório, uma vez que ninguém duvida que um dos problemas que emperra a democratização e a maior penetração da banda larga fixa é a concentração das redes e a verticalização dos serviços nas mãos das concessionárias. Nesse cenário, o PGMC é fundamental. Se o SNOA está instalado desde 2013, seria muito importante

que trouxesse a evolução das ofertas que as empresas são obrigadas a apresentar”, sustentou a conselheira.

Ainda mais escassos são dados relacionados aos bens reversíveis, tema central à própria revisão do modelo e a transformação das concessões em autorizações. “Quando a agência faz um relatório no atual momento e coloca dois parágrafos sobre bens reversíveis, lembrando que o TCU fez um acórdão apontando problemas. Sem transparência não vamos a lugar nenhum”.

A análise sobre o relatório anual da agência, aprovada pelo Conselho Consultivo, também pede mais informações sobre os termos de ajustamento de conduta que vem sendo negociados com as operadoras e sobre os potenciais impactos no mercado do processo de recuperação judicial da Oi.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/09/2016 - Rede Brasil Atual

Congelamento de gastos públicos levará a perda de R\$ 654 bi para o SUS, diz deputado

Patrus Ananias, que integra comissão especial criada na Câmara para avaliar PEC 241, divulgou resultado de vários estudos que mostram prejuízos para setores com a proposta encampada pelo governo Temer

Integrante da comissão especial da Câmara que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que congela os gastos públicos por um período de 20 anos, o deputado Patrus Ananias (PT-MG) – ex-ministro dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – divulgou hoje (29) estimativas do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde segundo as quais o Sistema Único de Saúde (SUS) perderá R\$ 654 bilhões em 20 anos, se a PEC vigorar. O que, segundo ele, trará consequências gravíssimas para a população.

No total, de acordo com a avaliação feita pelos técnicos do conselho, este déficit de recursos representará 500 milhões de procedimentos de atenção básica, 83,5 milhões de procedimentos de ambulatorios e 19,6 milhões de procedimentos em hospitais que deixarão de ser oferecidos para os brasileiros.

Conforme explicou Patrus Ananias, o mesmo conselho nacional, ao lado da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, prevê para os próximos nove anos, perdas acumuladas de R\$ 345 bilhões nos três setores.

“Também o Dieese afirma que toda a população será penalizada com a muito provável redução, em quantidade e qualidade, dos serviços públicos de saúde e educação”, destacou o deputado.

Patrus divulgou, ainda, informações referentes a estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de autoria dos pesquisadores Fabíola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá Benevides, prevendo que a PEC 241 “impactará negativamente o financiamento e a garantia do direito à saúde”. “Esse último estudo afirma que o SUS terá menos recursos por pessoa para fazer frente à necessidade de ações e serviços de saúde, o que prejudicará, principalmente, as populações pobres”, disse o deputado.

Para o parlamentar, ex-ministro das pastas de De-

envolvimento Social e de Desenvolvimento Agrário, também na assistência social, os impactos provocados pela vigência da PEC 241 serão “devastadores”.

Segundo ele, no próprio Ipea, outro estudo alerta que a assistência aos pobres perderá nada menos do que R\$ 868 bilhões em 20 anos, se a PEC for aprovada. “Estudo assinado por Andrea Barreto de Paiva, Ana Cleusa Serra Mesquita, Luciana Jaccoud e Luana Passos destaca que já em 2017 os recursos da assistência social serão reduzidos em R\$ 6 bilhões”, explicou.

Comprometimento de avanços

Patrus Ananias contou que ao analisar as implicações do novo regime fiscal para a política de assistência social, as pesquisadoras do Ipea estimaram que a perda de recursos “comprometerá os avanços já conquistados no combate à pobreza e à desigualdade”. E prevê que programas como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Sistema Único de Assistência Social serão prejudicados. “A partir de 2026, o congelamento de gastos proposto pela 241 fará que todos os recursos do Ministério do Desenvolvimento Social sejam insuficientes até para pagar o BPC”, ressaltou o parlamentar, que reuniu todos estes estudos.

“Os interesses antipopulares e antinacionais, que estão na origem e nos fins do governo de Michel Temer, têm inspirado uma sucessão de notícias assombrosas à maioria do povo brasileiro e ao Brasil, mas quase sempre expostas em ações trapaceiras, como as de propaganda enganosa. A PEC 241 consiste em mais um desses casos”, alertou.

“Ilusionistas e porta-vozes do ilusionismo oficial dizem que os recursos para as duas áreas serão aumentados, mas ninguém se deixe enganar: é trapaça, é golpe. E querem consumá-lo depressa, com votações a partir da próxima semana”, acrescentou.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/09/2016 - Vermelho

No Brasil de Temer, FMI cobra reformas e fim da valorização do mínimo

O golpe de 2016 parece mesmo ter lançado o Brasil em uma volta no tempo, rumo a décadas nas quais o país era refém dos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI). Depois de uma visita oficial ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o órgão emitiu um comunicado no qual recomenda que o país revise a política de valorização do salário mínimo e promova as reformas trabalhista e previdenciária. Depois de 11 anos, estará o Brasil voltando aos tempos de subserviência?

No texto, o FMI mostra total sintonia com o governo de Michel Temer. Elogia as propostas anunciadas para cortar gastos e, para justificá-las, utiliza a mesma estratégia da gestão: condiciona a retomada do crescimento à aprovação das medidas de austeridade. Como se não houvesse alternativas, quase uma ameaça.

De acordo com o Fundo, a política de valorização do salário mínimo, que ajudou no combate às desigualdades no país, é "uma importante fonte de pressão fiscal no médio prazo" e, por isso, precisa ser "revista". Entre 2002 e 2016, o salário mínimo registrou ganho real de 77%. Passou de R\$ 220 para R\$ 880, uma decisão política que ajudou a retirar milhões de pessoas da linha da pobreza.

No país, 48,3 milhões de pessoas possuem rendimentos que têm por base o salário mínimo. São trabalhadores do campo e da cidade, aposentados e pensionistas e pessoas de baixa de renda.

Pensando em conceder mais dignidade a esses brasileiros e numa ação para enfrentar a gritante desigualdade em um dos países com maior concentração de renda do mundo, desde 2011 passou a valer regra na qual o mínimo tem correção anual baseada no crescimento da economia de dois anos antes e pela inflação do ano anterior.

É esse mecanismo que possibilitou um pouquinho de avanço social que o FMI sugere ao governo Temer eliminar. Para o Fundo, "a relação entre os benefícios sociais e o salário mínimo precisa ser revisada, e a fórmula para o salário mínimo também, para melhor refletir as melhoras na produtividade".

O organismo aposta ainda na retirada de direitos

trabalhistas para fazer a economia crescer. Defende que "reformas que visem facilitar o emprego produtivo e reduzir incentivos à informalidade podem promover a criação de empregos, investimentos e crescimento". A experiência, contudo, não confirma a afirmação, mostra que a flexibilização das leis leva à precarização e, em geral, serve para aumentar os lucros das empresas e não o número de empregados.

O texto também recomenda ao país reformar a seguridade social de forma ampla, "concentrando-se em todos os aspectos principais do sistema, incluindo uma modificação das regras de idade para aposentadoria e outros benefícios", além de incluir servidores públicos em todos os níveis. Sem explicar como – e de forma certamente contraditória –, o comunicado faz a ressalva de que as mudanças devem "proteger os mais vulneráveis".

O Fundo afirma que a recessão brasileira pode estar perto do fim e estima que uma recuperação do PIB pode vir já a partir de 2017. Mas a previsão está repleta de condicionantes. A projeção, diz o organismo, considera que o teto de gastos e a reforma da Previdência serão aprovados em tempo razoável e que o governo conseguirá cumprir as metas fiscais para 2016 e 2017.

Apesar de dizer que uma melhora na situação fiscal que se baseie apenas no corte de gastos pode demorar a surtir efeitos e até mesmo trazer riscos, o órgão elogiou a medida apresentada por Temer para impor um limite ao crescimento das despesas públicas, por 20 anos.

"O foco do governo no controle do crescimento das despesas fiscais é um imperativo e é bem-vindo." Segundo o FMI, a aprovação e a rápida implementação da medida seria um "divisor de águas", ajudando a reduzir o endividamento do governo.

Em uma espécie de cobrança aos parlamentares, o texto adverte que, caso a tramitação do projeto para controle de gastos fique paralisada, a tal confiança no país poderá se perder, o que levaria ao prolongamento da recessão.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/287487-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/09/2016 - Rede Brasil Atual

Mercado de trabalho elimina vagas, e renda encolhe R\$ 5 bi em um ano

Número de desempregados foi estimado em 12 milhões no trimestre encerrado em agosto, 3 milhões a mais do que há um ano. Massa de rendimentos cai 3%, para R\$ 177 bilhões. Setor formal perde vagas

A perda contínua de postos de trabalho afetada também a renda disponível na economia, como demonstram números divulgados hoje (30) pelo IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. A taxa nacional de desemprego foi a 11,8% no trimestre encerrado em agosto, acima de maio (11,2%) e de igual período do ano passado (8,7%) – é a maior da série, iniciada em 2012. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, o número de ocupados recuou 0,8%, menos 712 mil, e o de desempregados subiu 5,1%, mais 583 mil, para um total estimado em 12,024 milhões. Na comparação anual, a ocupação cai 2,2% (menos 1,991 milhão) e o desemprego aumenta 36,6%: mais 3,220 milhões.

Estimado em R\$ 2.011, o rendimento médio ficou estável em relação ao trimestre março/maio (-0,2%) e variou -1,7% ante junho e agosto de 2015. A massa de rendimentos, de quase R\$ 177 bilhões, também não teve variação considerada significativa na comparação com maio, mas caiu 3% em 12 meses. Isso equivale a aproximadamente R\$ 5,5 bilhões a menos.

Também em relação a 2015, a indústria perdeu 1,420 milhão de postos de trabalho, queda de 11%. Segmentos ligados a informação, comunicação e



atividades financeiras e imobiliárias eliminou 996 mil vagas (-9,4%) e agricultura/pecuária, outras 272 mil (-2,8%). O comércio/reparação de veículos fechou 279 mil (-1,6%) e a construção, 103 mil (-1,4%) – nestes dois casos, o IBGE considerou que houve estabilidade, assim como em serviços domésticos, que variou

2,5% (mais 511 mil).

Três setores tiveram alta na comparação com agosto de 2015. Administração pública, que inclui outros segmentos, cresceu 3,5%, com acréscimo de 538 mil vagas. Setores de transporte, armazenagem e correio cresceram 4,4% (188 mil). Nas áreas de alojamento e alimentação, o aumento foi de 5,3%, com mais 232 mil. O total de ocupados no país é estimado em 90,137 milhões.

Relativamente estável ante maio, o número de empregados no setor privado com carteira assinada (34,176 milhões) caiu 3,8% em 12 meses: 1,363 milhão. No mesmo período, os sem carteira variaram 1,2% (mais 122 mil) e aqueles por conta própria, 0,4% (86 mil). A maior queda se deu entre os chamados trabalhadores familiares auxiliares familiares (de apoio a atividades econômicas da família): -22,7% (614 mil a menos).



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/09/2016 - Portal Vermelho

O Brasil no jogo de tabuleiro mundial do petróleo

A Petrobras se preparou para implementar ousado projeto de expansão da produção de petróleo, no qual as exigências de conteúdo nacional levariam à formação de nova geração de empreendedores industriais brasileiros. O projeto, contudo, foi negado por ação de interesses norte-americanos e da elite financeira brasileira.

A aritmética do petróleo é bem simples e fácil de entender. Em 1995, o Brasil estava fora do clube dos grandes produtores. A Petrobras era estritamente empresa com investimentos em P&D em águas profundas. Uma espécie de "Nasa brasileira", com aumento histórico de reservas proporcional à profundidade alcançada nas explorações off-shore. Porque a tecnologia, majoritariamente nacional, avança gradualmente, o ritmo de incremento na produção não vinha sendo historicamente explosivo. Por isso, a empresa (e o país) não participavam, nos anos 1990, dos jogos de poder do topo do sistema mundo.

O objetivo do presente artigo é rever muito brevemente as estratégias adotadas pelos países que protagonizam os jogos de poder sobre o tabuleiro do petróleo e avaliar as virtudes e os perigos da inserção brasileira desconectada de um projeto para o país.

1. Quanto às reservas de hidrocarbonetos

A descoberta de petróleo no pré-sal foi anunciada em 2006. Desde então, as reservas estimadas variam entre 50 e 100 bilhões de barris, o que situa o Brasil entre os 10 maiores em reservas. Na Tabela 1 encontram-se dados sobre aumentos de reservas por país entre os últimos vinte anos (1995-2015).

O crescimento de reservas no Brasil nos últimos 20 anos foi sem precedentes, bastante acima de Venezuela (Bacia do Orinoco), Cazaquistão e Angola, que aproximadamente quadruplicaram o patrimônio físico no período. O Brasil multiplicou a riqueza em "ouro negro" por cerca de 12 vezes em vinte anos.

Enquanto o aumento no consumo próprio significa maior vigor industrial, indica igualmente evolução no bem-estar social, na forma de consumo mais intensivo de energia. Portanto, o crescimento no consumo próprio de hidrocarbonetos é totalmente compatível com

Tabela 1 - Evolução das reservas de hidrocarbonetos entre 1995 e 2015

	Reservas em Bilhões de barris petróleo			
	1995	2005	2014	
Venezuela	66,3	80,0	300,0	4,5x
Cazaquistão	6,3	9,0	30,0	4,8x
US	29,8	29,9	55,0	1,8x
Angola	3,1	9,0	12,7	4,1x
Brasil	6,2	11,8	80,0	12,9x
Iraque	100,0	115,0	143,1	1,4x
China	16,4	15,6	18,5	1,1x
Líbia	29,5	41,5	48,4	1,6x
Iran	93,7	137,5	157,8	1,7x

Fonte: BP (2016)

projeto de universalização no consumo com inovação (resíduos e poluentes etc.).

Se o crescimento no consumo de hidrocarbonetos pelo Brasil for gradual, ainda que possa ser acelerado, torna-se viável a formação de nova geração de empreendedores industriais-tecnológicos no país com competências para atender ao esforço de aumento na oferta.

O aumento acelerado nas exportações, ao contrário, imporá ao país a necessidade de importação de sistemas, máquinas e equipamentos, o que diminuirá os excedentes líquidos exportados. Ao mesmo tempo em que inibirá a formação de burguesia industrial-tecnológica nacional, o aumento de importância dos garimpeiros estrangeiros na formação do pacto político brasileiro tenderá a aumentar com o tamanho da produção.

Neste sentido, somando-se aumento mais que proporcional da presença chinesa no Brasil nos últimos 10 anos, é possível antecipar-se longo período de instabilidade política. Esta instabilidade tem como causa aumento esperado na rivalidade entre os EUA e a China no tabuleiro internacional. Nesta perspectiva, o Golpe de 2016 apenas reflete historicamente uma reação norte-americana a um projeto de país que viu na China e na Rússia aliados na geopolítica internacional do petróleo.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/287420-1>